

**AS VILAS OPERÁRIAS DA INDÚSTRIA TÊXTIL NA CONFORMAÇÃO
URBANA DE BLUMENAU-SC*****LAS ALDEAS DE TRABAJO DE LA INDUSTRIA TEXTIL EN LA
CONFORMACIÓN URBANA DE BLUMENAU-SC***
***WORKING VILLAGES IN THE TEXTILE INDUSTRY IN THE URBAN
CONFORMATION OF BLUMENAU-SC***Donizete Correa Franco Pires¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2025v32n46p20-39

Resumo

O artigo investiga o papel da indústria têxtil no processo de produção do espaço intraurbano de Blumenau, Santa Catarina, durante a primeira metade do século XX, a partir da política de promoção de vilas operárias. Para tanto, são analisados os fenômenos da produção capitalista do espaço, a questão da habitação, as dinâmicas e a arquitetura das vilas operárias e as implicações socioespaciais de seu desmonte pela indústria. Por fim, evidencia as repercussões socioespaciais da produção capitalista do espaço, revelando desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano de Blumenau.

Palavras-chave: Indústria têxtil; Produção do espaço; Blumenau; Vilas operárias; Habitação.

Abstract

This article investigates the role of the textile industry in the production of intra-urban space in Blumenau, Santa Catarina, during the first half of the 20th century, based on the policy of promoting workers' villages. To this end, it analyzes the phenomena of capitalist production of space, the issue of housing, the dynamics and architecture of workers' villages, and the socio-spatial implications of their dismantling by industry. Finally, it highlights the socio-spatial repercussions of capitalist production of space, revealing socio-spatial inequalities in the intra-urban space of Blumenau.

Keywords: Textile industry; Production of space; Blumenau; Workers' villages; Housing.

Resumen

El artículo investiga el papel de la industria textil en el proceso de producción del espacio intraurbano de Blumenau, Santa Catarina, durante la primera mitad del siglo XX, a partir de la política de promoción de los barrios obreros. Para ello, se analizan los fenómenos de la producción capitalista del espacio, la cuestión de la vivienda, la dinámica y la arquitectura de las villas obreras y las implicaciones socioespaciales de su desmantelamiento por parte de la industria. Por último, se ponen de manifiesto las repercusiones socioespaciales de la producción capitalista del espacio, revelando las desigualdades socioespaciales en el espacio intraurbano de Blumenau.

Palabras clave: Industria textil; Producción del espacio; Blumenau; Barrios obreros; Vivienda.

¹Arquiteto e urbanista pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP).

INTRODUÇÃO

A cidade de Blumenau está localizada no Vale do Itajaí, região nordeste de Santa Catarina, geomorfologicamente permeada de grandes montanhas e atravessada pelo Rio Itajaí-Açu (Figura 1). É caracterizada por um precoce e rápido processo de industrialização, que perdurou por quase um século, entre as décadas de 1880 e 1970, cujo espaço urbano organizou-se no entorno das indústrias, especialmente as do ramo têxtil. Apesar do contínuo processo de imigração e da distribuição da população em lotes que compreendiam todo o território do município, não havia ainda, no início do século XX, uma clara distinção espacial entre os espaços dos mais ricos - os industriais - e o espaço dos mais pobres - os operários -, uma vez que a burguesia têxtil residia, muitas vezes, em anexo às indústrias, próximas, inclusive, das vilas operárias (Mamigonian, 1965). Como pontuou Pires (2024), foi a partir da disseminação do automóvel e, sobretudo, a partir da produção e concentração de infraestrutura urbana, produzida por e para uma elite industrial e política, que as camadas de mais alta renda historicamente se concentraram na região central de Blumenau.

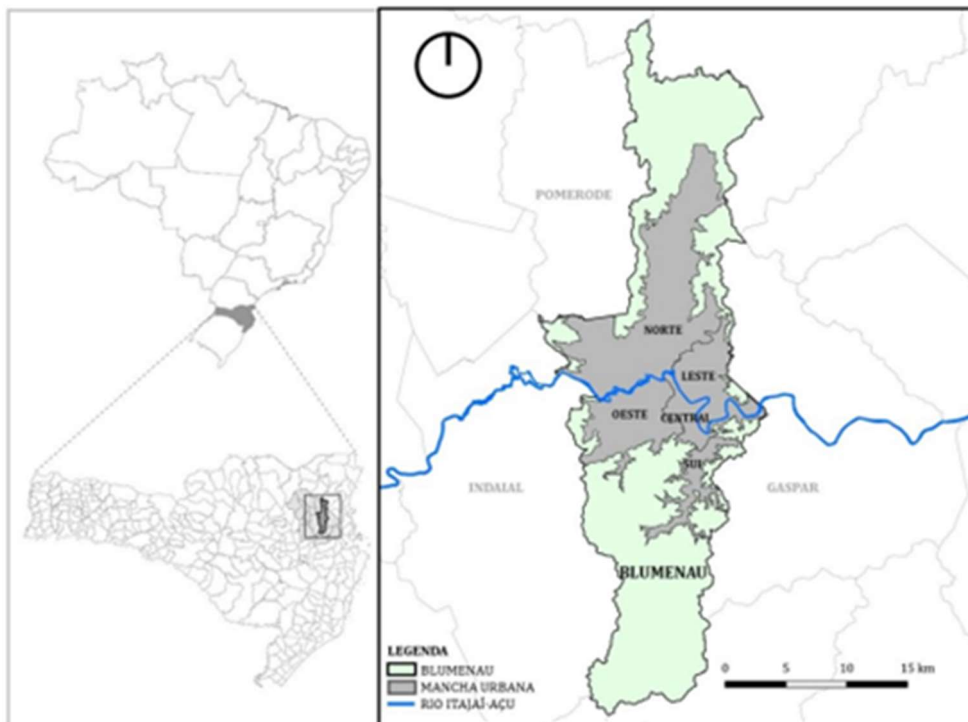


Figura 1: Mapa da localização da cidade de Blumenau, destacando o rio Itajaí
Fonte: Pires (2024)

As vilas operárias, entretanto, não comportavam a totalidade dos operários e muitas delas eram, inclusive, destinadas apenas aos trabalhadores do setor administrativo (Moretti, 2006). Como forma de residir nas proximidades das indústrias, o proletariado que não recebia o chamado benefício da vila operária e que também não era atendido por uma política habitacional que ainda não existia no

município, produzia sua própria moradia nas áreas que não interessavam à indústria e ao mercado imobiliário: nas encostas dos morros. No entanto, transformações no processo produtivo a partir da década de 1960 culminaram no desmonte destes espaços, inicialmente produzidos para ampliar os lucros dos industriais, mas que, com o passar do tempo, tornaram-se irrelevantes para as dinâmicas de acumulação e foram rapidamente desativados. Assim, o capital industrial transferiu, de uma vez por todas, a responsabilidade da produção de habitação popular para o Estado, que, despreparado e permissivo, foi um agente determinante para o processo de produção de assentamentos precários que passaram a marcar ainda mais presença nas proximidades das indústrias (Pires, 2024).

Dessa forma, o presente artigo analisa e problematiza o processo de produção e dinâmicas das vilas operárias e as repercussões de seu desmonte no processo de produção e conformação do espaço intraurbano de Blumenau. Para tanto, faz-se necessário compreender, para além do conceito de produção capitalista do espaço, as tipologias e objetivos das vilas operárias e o tratamento da questão habitacional no Brasil no século XX. A análise documental, que embasa este estudo, reuniu materiais bibliográficos encontrados em livros, artigos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa e também materiais disponíveis no acervo histórico de Blumenau e das indústrias apresentadas.

Na primeira parte deste artigo, desenvolvem-se análises acerca da produção do espaço e da política habitacional no período industrial do início do século XX - destacando-se as políticas paternalistas controladoras do capital e da vida dos operários - e da produção de vilas operárias adotadas por diversas indústrias no contexto brasileiro. Em seguida, são analisados o desenvolvimento das vilas operárias produzidas por três das principais indústrias têxteis da cidade, a Cia. Hering, a Karsten e a Empresa Industrial Garcia, partindo dos seus processos históricos de ocupação, produção de infraestruturas e dos papéis por elas desempenhados na estruturação intraurbana de Blumenau. A terceira parte apresenta a razão e as repercussões socioespaciais do desmonte das vilas operárias, evidenciando o papel das indústrias não apenas como produtoras, mas também como agentes imobiliários antes e depois da política de produção das vilas operárias. Se antes elas alugavam as moradias das vilas, depois elas vendiam. Também é apresentado o perfil do trabalhador morador e a alternativa de moradia daqueles que não habitavam as vilas operárias, uma vez que o número de moradias ofertadas era limitado, não comportando o total de operários que trabalhavam nas indústrias promotoras. Por fim, a partir dos três casos retratados, evidenciou-se que a produção capitalista do espaço vem acompanhada de repercussões predatórias desde os primórdios da industrialização de Blumenau. Sendo um movimento que envolve indústria, Estado e mercado imobiliário, revela-se também uma dimensão de reprodução do capital sobre a terra urbana a partir da interdependência entre estes agentes, a partir da consonância entre interesses públicos e privados.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Nos estudos sobre a produção do espaço urbano, destacam-se, sobretudo - e de forma pioneira -, os efetuados por Henri Lefebvre, a partir dos quais o fenômeno se assume como uma perspectiva teórica. É a partir deste e de outros autores, como Harvey e Gottdiener, de vertente marxista, que Villaça (2011, p. 37) define o espaço urbano como "socialmente produzido", ou seja, não é dado pela natureza, mas produzido pelo trabalho humano.

Apesar da economia política marxista, que evidencia as contradições entre os processos de produção, distribuição e consumo no sistema capitalista - realizar avanços em relação às abordagens convencionais, apresentou consideráveis limitações no tocante à análise urbana, especialmente no que se refere à desconsideração do espaço como ambiente produzido, apenas como receptáculo de processos econômicos e políticos (Gottdiener, 2015). Análises do espaço que superassem o pensamento marxista dogmático na compreensão da natureza da organização social, para além da esfera econômica, somente foram abordadas posteriormente por Castells (2020), a partir de uma leitura estruturalista do espaço, e por Lefebvre (2019), através de uma abordagem da dialética socioespacial. Foram os primeiros teóricos a conectar Estado, sociedade e espaço urbano (Gottdiener, 2015).

Para Lefebvre (2019, p. 60), o espaço é político e estratégico, não um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política, e se

esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo [...] é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado, a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico [...] porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua subjetividade, na sua forma pura, [...] é um produto social.

Lefebvre (2019, p. 62) ainda argumenta que, se partirmos do pressuposto de que o espaço é político, "ele depende de uma dupla crítica, sendo ela própria política: a crítica de direita e crítica de esquerda". A primeira é, grosso modo, uma crítica da burocracia, das intervenções do Estado, na medida em que estas perturbam a iniciativa privada, ou seja, os capitais. A segunda, a de esquerda, é também "uma crítica da burocracia e da intervenção estatista, na medida em que essa intervenção não considera, ou considera mal, os usuários, a prática social, quer dizer, a prática urbana" (Lefebvre, 2019, p. 62). Entretanto, enquanto a política de direita luta pela ausência ou redução do papel do Estado no contexto político, a de esquerda luta pela efetiva atuação deste, desde que atenda aos interesses comuns e democráticos das camadas populares. Essa distinção de classes proposta por Lefebvre implica e supõe que existam conflitos e contradições no espaço urbano, colocando-o como um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes (Gottdiener, 2015).

Numa abordagem marxista-lefebvriana, Carlos (2011), em uma perspectiva teórica da produção do espaço, reitera que este se produz produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade, visto que a sociedade capitalista é legitimamente hierarquizada em classes, portanto, o processo de produção do espaço implica o entendimento de várias relações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas e culturais, e envolve um modo de produzir, pensar e sentir, enfim, um modo de vida.

Se o espaço urbano não é um produto do acaso, mas sim um produto social, produzido e consumido pelo homem, embora não de maneira equitativa, quem de fato produz esse espaço? Conforme Corrêa (1989), o espaço é produzido por agentes sociais concretos, e não por um mercado invisível ou processos aleatórios. Como agentes produtores do espaço, destacam-se os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. É daí que surge a necessidade de os estudos sobre a relação entre a produção capitalista do espaço e os agentes produtores tomarem a habitação social como unidade de estudo (Maricato, 1982; Bolaffi, 1982).

Em seu amplo estudo desenvolvido sobre a habitação social no Brasil, Bonduki (1998) destaca que as ações do Estado, em relação à produção habitacional nas primeiras décadas do século XX, ficaram restritas às isenções fiscais e à normatização da legislação sanitária e das edificações, além de uma reduzida atuação na produção de unidades habitacionais e na regulamentação do inquilinato. Neste contexto, a “produção rentista” – investimento privado na produção de moradias de aluguel – difundiu-se por todo o país, estimulado principalmente pela demanda por moradias, pela alta rentabilidade do investimento e pelo baixo risco, e em paralelo, o Estado teria atuado para estimular este tipo de produção, “com incentivos fiscais, segurança jurídica para locadores e tolerância em relação às normas edilícias e sanitárias” (Bonduki, 1998, p. 19). Até os anos de 1930, a vila operária, na modalidade de investimento rentista, representava para o poder público uma ação prática no controle das condições sanitárias, morais e dos costumes. Contudo, mesmo com incentivos estatais, esta iniciativa não teve sucesso porque apenas os trabalhadores mais qualificados podiam pagar o aluguel da habitação (Blay, 1985; Bonduki, 1998).

É dessa concepção de produção do espaço e dos agentes produtores, em especial as indústrias, que se pretende entender o processo de produção capitalista do espaço urbano de Blumenau no início do século XX, a partir das vilas operárias e das repercussões da indústria na conformação espacial. O esclarecimento da indústria em atuar, em âmbito nacional e em diferentes períodos, como agente produtor do espaço, que é socialmente produzido com fins de acumulação, estabelece que tal processo é responsável pela imposição de modos de vida para parte da população, neste caso, o operariado da indústria têxtil de Blumenau.

BLUMENAU: INDÚSTRIA, VILAS OPERÁRIAS E ESPAÇO INTRAURBANO

Em Blumenau, o acelerado processo de industrialização teve grande impacto na produção do espaço urbano, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, pois, além do crescimento populacional, as grandes distâncias casa-trabalho e trabalho-casa fizeram com que as maiores indústrias da cidade adotassem o sistema de relações conhecido como Paternalismo Industrial. Nesse período, menos de 50% da população vivia em áreas urbanas em Blumenau (Tomio, 2000; Moretti, 2006).

Adotado inicialmente por indústrias europeias no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, o paternalismo industrial compreende iniciativas dos industriais em promover acomodações individuais ou coletivas para os seus operários, além de estruturas de suporte como cooperativas de consumo, creches, escolas, atendimento médico e odontológico e até mesmo espaços de lazer. Estes conjuntos de vivência ficaram conhecidos como vilas operárias (Bonduki, 1998). Com relação ao paternalismo em Blumenau, Mamigonian (1965) coloca que é um fenômeno de origem germânica, importado pelos colonizadores do município, e que teve seu maior desenvolvimento principalmente antes da II Guerra Mundial. As empresas começaram a organizar vilas operárias, cooperativas de consumo e de crédito, assistência médica, instalações esportivas, culturais e de recreação. Em Blumenau, essa preocupação se mostra evidente a partir da década de 1940, sobretudo devido ao crescimento das empresas e das condições favoráveis para se instalar esses benefícios, atendendo assim as reivindicações dos operários que também cresciam com o crescimento produtivo da empresa (Petry, 2000).

De acordo com Kowarick (1983), o objetivo das indústrias na promoção deste tipo de infraestrutura era reter a mão de obra necessária ao funcionamento da indústria (KOWARICK, 1983). No início, essa solução proposta pela classe empresarial possuía caráter filantrópico, porém, posteriormente, passou a ser utilizada para garantir um suprimento de força de trabalho, controlar níveis salariais e dominar movimentos políticos. O paternalismo passou então a ter um caráter ideológico (Bonduki, 1998). Em Blumenau, as maiores indústrias da época, a Empresa Industrial Garcia, a Cia Hering e a Karsten, todas do ramo têxtil, adotaram estas medidas no início dos anos 1940 (Mamigonian, 1965; Moretti, 2006; Lima, 2021).

Como a questão da habitação está intrínseca ao processo de mobilidade, especialmente no que tange aos deslocamentos trabalho-casa e casa-trabalho, é importante compreender as faces do processo. Até meados da década de 1950, os deslocamentos em Blumenau eram feitos de modo hierárquico bastante claro: a burguesia fazia uso do automóvel enquanto o proletariado utilizava o ônibus ou bicicletas (Mamigonian, 1965). Cerca de 90% dos operários industriais residiam num raio inferior a 3 km do seu local de trabalho, mais de 95% deles utilizavam a bicicleta como meio de transporte, principalmente pela economia no deslocamento (Frotscher e Vedana, 1999) e apenas

aqueles que moravam em municípios vizinhos, como Indaial e Gaspar, utilizavam ônibus como meio de transporte (Mamigonian, 1965). Na planta da cidade, de 1955, a indústria Karsten ainda não aparecia, pois sua localidade, atual região do bairro Testo Salto, era considerada área rural, embora concentrasse a vila operária e outras moradias nos seus arredores, além de toda uma infraestrutura básica, como vias, comércios e alguns poucos serviços (Hering, 1987)

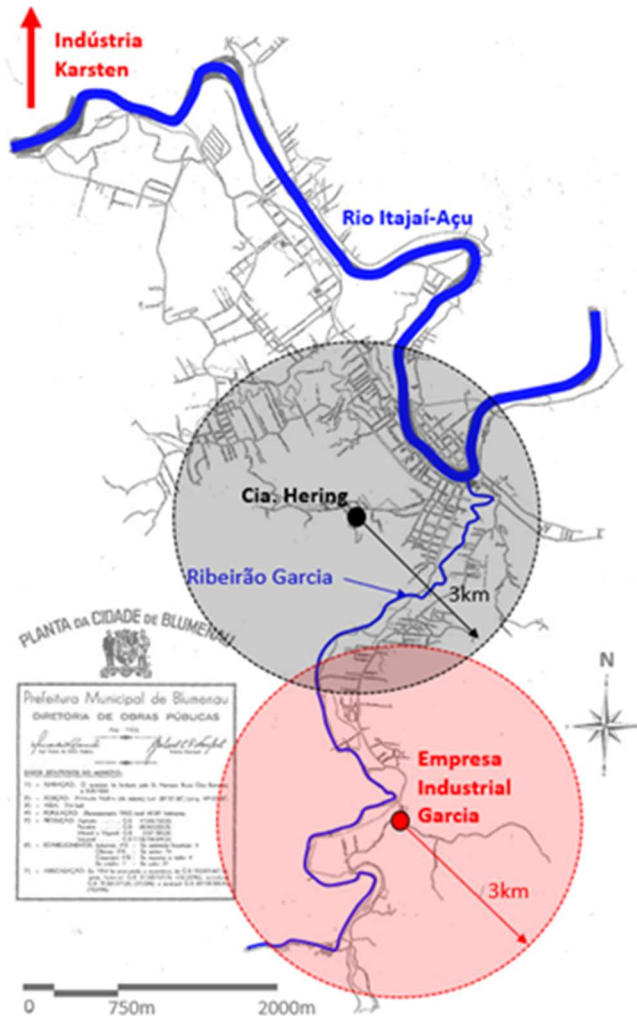


Figura 2: Planta da cidade de Blumenau em 1955 e localização das indústrias

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) a partir de dados do Arquivo Histórico de Blumenau, Mamigonian (1965) e Hering (1987).

Neste período, as condições de vida dependiam de uma série de fatores, dentre os quais a dinâmica das relações de trabalho era um ponto fundamental, visto que desde os primórdios da industrialização brasileira, até os anos 1930 (Kowarick, 1983) e no caso de Blumenau até os anos 1950 (Bielschowsky, 2009; Lima, 2021), as indústrias resolveram em parte o problema da moradia da mão de obra através da construção das vilas operárias, reduzindo consideravelmente as despesas dos operários em sua sobrevivência, permitindo às indústrias significativos rebaixamentos salariais

(Kowarick, 1983). O impacto dessa estratégia do capitalismo industrial representou um aceleramento no processo de acumulação no qual se difundiu o assalariamento, mesmo que constantemente rebaixado, com a expansão industrial (Schiffer, 2015) e as repercussões eram ainda maiores no contexto de indústrias de grande porte, como a Empresa Industrial Garcia, que empregava mais de três mil trabalhadores nos anos 1940. Localizada na porção sul do território municipal, no bairro Garcia, às margens do ribeirão de mesmo nome, foi pioneira na construção das vilas operárias na cidade, registrando, em 1966, aproximadamente 200 unidades, número baixo considerando que empregava mais de 5 mil funcionários neste mesmo período (Siebert, 2006).



Figura 3: Núcleo fabril da Empresa Industrial Garcia e vila operária
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Acervo Adalberto Day (1950).

A vila operária da Indústria Garcia ganhou destaque na reportagem intitulada “Blumenau, o coração de Santa Catarina”, do jornal *Atualidades*, de Florianópolis, edição de novembro de 1946. No texto, a matéria esclarece que o plano de construção da vila abrangia “500 casas, construindo-se trimestralmente dez. Atualmente há cerca de 120 residências, embora modestas, com bastante conforto”. A reportagem ainda ressalta a existência de equipamentos de assistência médica, creche e cooperativas de consumo (*Jornal Atualidades*, 1946, p. 27).

Outra reportagem, agora do jornal *O Estado*, de 1955, esclarece como se dava a manutenção desta vila, constatando que os funcionários poderiam ter acesso a “casas completas pelo aluguel de Cr\$ 45,00 por mês”, a espaços de lazer e até mesmo a possibilidade de uma renda extra, pois as indústrias disponibilizavam aos trabalhadores “terras para plantar e criar e praças de esporte” (*Jornal O Estado*, 1955, p. 3). Entretanto, essa renda extra se dava não por lazer, como diz a reportagem, mas sim para complementar a renda, que era extremamente baixa e não dava conta de sustentar as famílias da maioria dos operários da época, que não residiam apenas em Blumenau, mas também

em cidades vizinhas, o que também evidencia uma significativa migração pendular na região desde pelo menos o início da segunda metade do século XX (Mamigonian, 1965). Havia, portanto, um forte discurso ideológico para promover essas vilas como um espaço de progresso. No final da década de 1970, muitas dessas moradias foram demolidas, o que significou uma grande perda para o patrimônio histórico construído da cidade de Blumenau (Lima, 2021), abrindo frentes para o mercado imobiliário que buscava construir nas proximidades da indústria.

Sobre a estrutura das moradias, predominavam as influências da arquitetura praticada nas regiões de imigração alemã. Eram de tamanho considerável e possuíam dois pavimentos. De acordo com o historiador Adalberto Day, em relato disponível em seu blog, elas eram

construídas com madeira de canela de diversas qualidades em sua estrutura principal e nos assoalhos e no corpo da casa prevalecia madeira de lei. Medindo 8mx8m em seu corpo principal (mesma metragem nos dois pavimentos), e mais um local de área de serviços, com 8mx4m perfazendo um total aproximado de 160 m². Em seu corpo principal com dois pavimentos, existia o quarto do casal, duas pequenas salas, cozinha, varanda, e na parte de cima, conhecida como sótão, quatro quartos (Day, 2013).



Figura 4: Vista das casas da vila operária nas proximidades da Empresa Industrial Garcia

Fonte: Acervo Adalberto Day (1971).

A Cia Hering, uma das maiores indústrias têxteis do mundo já na década de 1940, foi transferida para o bairro Bom Retiro, vizinho ao Centro, em 1897, apenas 17 anos após sua fundação, em 1880, quando se localizava no Centro da cidade (Hering, 1987). A transferência se deu pela necessidade

de maiores espaços para produzir devido à alta demanda produtiva (Siebert, 1999). Desde sua transferência, como mostra a Figura 5, a empresa já havia construído em sua propriedade dormitórios para que os funcionários que não tivessem condições financeiras para arcar com moradias ou que residissem em áreas muito afastadas pudessem ali pernoitar, pois assim agilizava o deslocamento até a indústria e não prejudicaria a produção (Vidor, 1995). Em 1945, a empresa já contava com uma vila operária bastante estruturada, com 45 moradias para aluguel (Lima, 2021), mas assim como a vila da Empresa Industrial Garcia, as moradias existentes no espaço não eram suficientes para atender os mais de 3 mil operários que trabalhavam na empresa na época. Entre 1941 e 1945, a Cia. Hering ampliou seu programa de assistência social aos operários: duas cooperativas foram fundadas, uma de crédito para a construção de moradias e outra de consumo, que serviu para o barateamento de serviços de primeira necessidade. Também foram construídos ambulatórios, creches e refeitórios. O lazer também foi estimulado quando se criou, no bairro Velha, vizinho à indústria, a Associação Desportiva e Cultural (Hering, 1987; Moretti, 2006).



Figura 5: Vila operária do Bom Retiro e edificação enxaimel à direita, atual museu Hermann Hering
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bielschowsky (2009).

Já a indústria Karsten se instalou em 1882 no bairro Testo Salto, norte da cidade, aproveitando a queda d'água do Ribeirão Testo para gerar a energia necessária. Como mostra a Figura 6, os proprietários moravam no mesmo terreno da indústria, assim como aconteceu na Cia. Hering e Empresa Industrial Garcia (Hering, 1987). A sua localidade, por décadas se constituiu, mesmo após sua instalação, como ambiente predominantemente rural, cerca de 10 km do centro de Blumenau. Em 1950, a Karsten contava com 44 casas em sua vila operária, além de toda a infraestrutura de suporte em seu entorno imediato, como nos exemplos anteriores. As casas de aluguel da Karsten

estavam localizadas próximas à empresa, porém boa parte delas já foi demolida ou totalmente alterada. Contudo, em 2003, como mostra a Figura 7, algumas das moradias da vila ainda permaneciam e continuavam alugadas a alguns funcionários, evidenciando a Karsten também como agente imobiliário (Moretti, 2006).



Figura 6: Vila operária da Indústria Karsten

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados de Mamigonian (1965).



Figura 7: Casa alugada a funcionários da Indústria Têxtil Karsten

Fonte: Moretti, 2003.

Morar numa das casas, de qualquer uma destas vilas, indicava a impossibilidade dos operários de poupar capital. De acordo com Blay (1985, p. 40), “a vila operária é um dos bens em que o capital privado investe para possibilitar armazenar a força de trabalho livre e necessária à produção”. Através da disponibilidade de moradias, por parte das indústrias, diminuam-se as despesas dos operários com sua sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados (Kowarick, 1983). Tal tipo de solução somente era viável na medida em que o contingente de mão de obra a ser alocado fosse pequeno, “pois destinava-se de modo especial aos operários menos disponíveis no mercado” e o baixo custo dos terrenos compensava a fixação dos operários na empresa (Kowarick, 1983, p. 30), explicando o baixo número de moradias disponíveis nas vilas operárias de Blumenau quando comparado com o total de operários que trabalhavam nas indústrias.

A moradia, cabe destacar, também era utilizada como um meio de regular a vida dos operários (Bonduki, 1998). Era um vínculo sólido que alguns poucos operários tinham com a fábrica. Sem a fábrica, eles não teriam mais uma casa e isso poderia calar eventuais movimentos grevistas (Blay, 1985). Havia, em Blumenau, portanto, um padrão de funcionários que eram “contemplados” com as moradias das vilas, sendo em sua maioria ligados aos trabalhos de escritórios, pois o fato de não trabalharem próximo aos operários impedia que pudesse haver uma aliança entre eles, “afinal, quem era do escritório sabia bem dos salários e de outros detalhes da vida burocrática da fábrica que poderiam ser bons argumentos utilizados pelos operários contra os patrões” (Annuseck, 2005, p. 84).

O caderno de registros de funcionários da Cia. Hering, disponível no Arquivo Histórico de Blumenau, revela que a maioria dos funcionários da indústria, na década de 1950, residia em outros bairros da cidade. Um número ainda significativo também habitava cidades vizinhas, principalmente Indaial e Gaspar. Certamente, a reduzida quantidade de moradias ofertadas pelas vilas operárias, a impossibilidade de pagamento do aluguel desses espaços e o padrão de funcionários a elas destinados contribuíram diretamente para o processo de produção e expansão urbana nos arredores destas fábricas até a década de 1970.

A ARQUITETURA DAS VILAS OPERÁRIAS

No contexto brasileiro, principalmente entre os anos 1880 e 1930, os conjuntos de moradias erguidos por empresas (na maioria das vezes as grandes indústrias) para seus funcionários difundiram-se em larga escala, em todas as regiões do país (Correia, 2004). Nesse momento, essas construções se estabeleceram como significativa expressão arquitetônica da era industrial, não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, mas também pelas suas características formais, que remetem a valores, materiais e símbolos do universo fabril (Correia, Ghoubar e Mautner, 2006).

A continuidade e proximidade física eram uma forte característica observada nas moradias operárias em cidades mineiras, pernambucanas, cariocas, paulistas e sergipanas (Correia, Ghoubar e Mautner, 2006), o que não acontecia em Blumenau, onde as moradias eram instaladas individualmente nos lotes, com espaços disponíveis para plantações, que em certa medida complementavam a renda das famílias, em vista da estagnação das políticas dos baixos salários.



Figura 8: Arquitetura das moradias de vila operária no Rio de Janeiro e São Paulo
Fonte: Correia, Ghoubar e Mautner (2006).

Diferente do que aconteceu na maioria das cidades brasileiras que se faziam palco da construção de vilas operárias e que apresentavam uma arquitetura que surgia frequentemente inspirada em “modelos tradicionais brasileiros” (Correia, Ghoubar e Mautner, 2006, p. 15), em Blumenau as aspirações arquitetônicas da maioria das vilas se deram com base na arquitetura germânica do início do século XX. Aquelas que não sofreram tal influência foram construídas sobre pilares e elevadas em relação ao nível da rua por conta das históricas e sucessivas enchentes que atingiram e ainda atingem a cidade. As tipologias alemãs, com sótão e frontão recortado ou trabalhado (Lima e Almeida, 2017), exemplificam a influência do imigrante alemão nas construções das vilas operárias entre as décadas de 1940 e 1960 em Blumenau.



Figura 9: Arquitetura de vilas operárias em Blumenau: à esquerda de influência alemã, e à direita construção sobre pilares
Fonte: Acervo Adalberto Day (1960).

A RENÚNCIA DA INDÚSTRIA E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE POBREZA

Com a intensificação da industrialização e os crescentes fluxos migratórios, aumenta a pressão sobre a oferta de habitações populares em praticamente todas as cidades industriais brasileiras (Kowarick, 1983). Tais fenômenos ocorrem simultânea e paralelamente à valorização dos terrenos fabris (Bielschowsky, 2009), que em Blumenau eram dotados de considerável infraestrutura, com os melhores equipamentos e serviços públicos (Mamigonian, 1965; Siebert, 1999; Pires, 2024).

Em cidades como Campinas, no estado de São Paulo, havia uma significativa precariedade nos meios de transporte e na infraestrutura do setor viário no entorno das vilas operárias, onde o transporte ferroviário ainda era o predominante no início do século XX (Guazelli, 2014). As vilas operárias de Blumenau, por outro lado, eram dotadas de consideráveis infraestruturas e muitas delas tiveram suas benfeitorias iniciadas antes mesmo da sua construção (Mamigonian, 1965). Entretanto, a partir da década de 1960, as vilas passam a ser vistas como um empecilho ao desenvolvimento do capital imobiliário, pois os terrenos nos arredores das fábricas eram cobiçados pelo mercado e recebiam constantes investimentos públicos, principalmente relacionados ao setor viário, pois quem comandava a política, quem ocupava os cargos públicos na época, era a própria burguesia têxtil e eram deles também a maioria dos automóveis individuais no município (Tomio, 2000).

Torna-se, então, do ponto de vista dos industriais, antieconômica a manutenção e construção de vilas operárias, ainda mais se considerarmos o excedente de força de trabalho existente na cidade naquele período, que constituía um grande exército de reserva à mercê do capital industrial (Mamigonian, 1965). A população urbana de Blumenau passou de 50,8% em 1950, para 71,5% em 1960, e 86,5% em 1970 (Vidor, 1995). Frente a esse cenário, se torna mais econômico para as indústrias transferir o custo da moradia e os gastos com transporte para o próprio trabalhador, e os de infraestrutura para o Estado.

Fato é que, historicamente, a questão da habitação sempre esteve relacionada à saúde, saneamento básico, cultura, transportes, etc., “e que por sua vez, estão relacionadas com a política salarial” (MARICATO, 1982, p. 75). Entretanto, essa transferência dos custos, da indústria para o operário e para o Estado, não foi acompanhada de aumento salarial, que continuava desconsiderando os custos com moradia e até mesmo com lazer (Annuseck, 2005), o que dificultava e precarizava ainda mais as condições de vida do operariado.

Detentora, até a década de 1960, de um tecido urbano que compreendia atividades esparsas em seu território, Blumenau perpassa, ao longo desta mesma década, por significativas transformações em seu espaço urbano, principalmente a região central. Foram grandes os esforços da burguesia e da administração pública, que por mais de 80 anos tiveram estreitas relações (Tomio, 2000), para integrar os espaços sociais e econômicos, o que acabou por concentrá-los, visando fazê-los funcionar conforme seus interesses, seguindo a lógica capitalista.

Entre meados da década de 1960 e o início da de 1970, as vilas operárias começaram a desaparecer do cenário urbano de Blumenau e a questão da moradia passou a ser resolvida prioritariamente pelas relações de mercado. É também nesse período que surgem em Blumenau os primeiros assentamentos precários, a maioria deles próximos às grandes indústrias e até mesmo do centro da cidade, que passava a concentrar, com maior intensidade, a residência das camadas de mais alta renda, que para lá se deslocava, além de significativa infraestrutura e serviços urbanos (Pires, 2024). Os assentamentos deste período, todos em áreas de risco, eram: Morro São Roque, Morro do Abacaxi, Morro da Pedreira, Morro do Aipim, Rua Pedro Krauss, Rua Araranguá, Rua Itapuí e Vila Iná (Siebert, 1999).

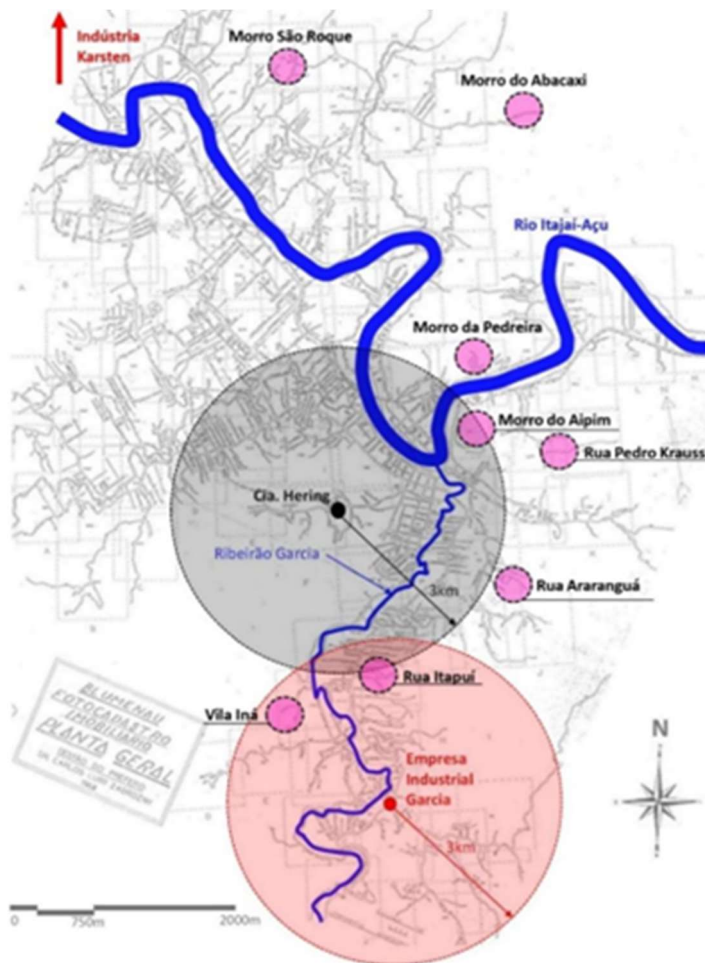


Figura 10: Planta geral da área urbana de Blumenau em 1968

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) a partir de dados do Arquivo Histórico de Blumenau e Siebert (1999).

Embora a habitação popular tenha sido eleita, em 1964, no início do regime militar, como “problema fundamental” e sua produção tenha se tornado social em virtude da divisão do trabalho, a sua apropriação e consumo continuaram individuais e privados (Bolaffi, 1982, p. 42). Havia, neste período (e ainda há) uma produção ideológica muito forte sobre a habitação popular, onde a casa própria se constitui como “principal aspiração das populações urbanas brasileiras”, como garantia

frente a possíveis crises (Bolaffi, 1982, p. 43). Entretanto, como produto do capitalismo “selvagem”, com viés lucrativo e acumulativo, a sua produção foi voltada apenas para determinadas camadas sociais, aquelas com maior poder aquisitivo, ao passo que para os mais pobres a alternativa foi a informalidade (Maricato, 1982; Rolnik, 1997), o que no caso de Blumenau se expressou no explosivo crescimento de áreas com concentração de pobreza, os assentamentos precários, as ocupações, os loteamentos irregulares, entre outros.

A proximidade ao emprego industrial, a infraestrutura disponível e as facilidades de deslocamento foram alguns dos motivos que induziram as ocupações nas intermediações do parque fabril, não apenas em Blumenau, mas em todo o país (Kowarick, 1983; Maricato, 1982; 1996). A construção de estradas e pontes em Blumenau, entre as décadas de 1950 e 1970, é reflexo de uma política nacional que, para conter a inflação, criou condições para reativar a economia (Furtado, 2003), onde “o principal pedal do acelerador não foi a construção civil e muito menos a habitação popular, mas a indústria de bens de consumo duráveis e, especialmente, a automobilística” (Bolaffi, 1982, p. 48). Em Blumenau, por exemplo, como mostra a Figura 11, mesmo em ocupações consideradas irregulares, muitas já consolidadas na década de 1980, a construção de pontes acontecia e não apenas facilitava o acesso a estes locais, como incentivava o uso automóvel individual e promovia a expansão destas áreas (Pires, 2024).

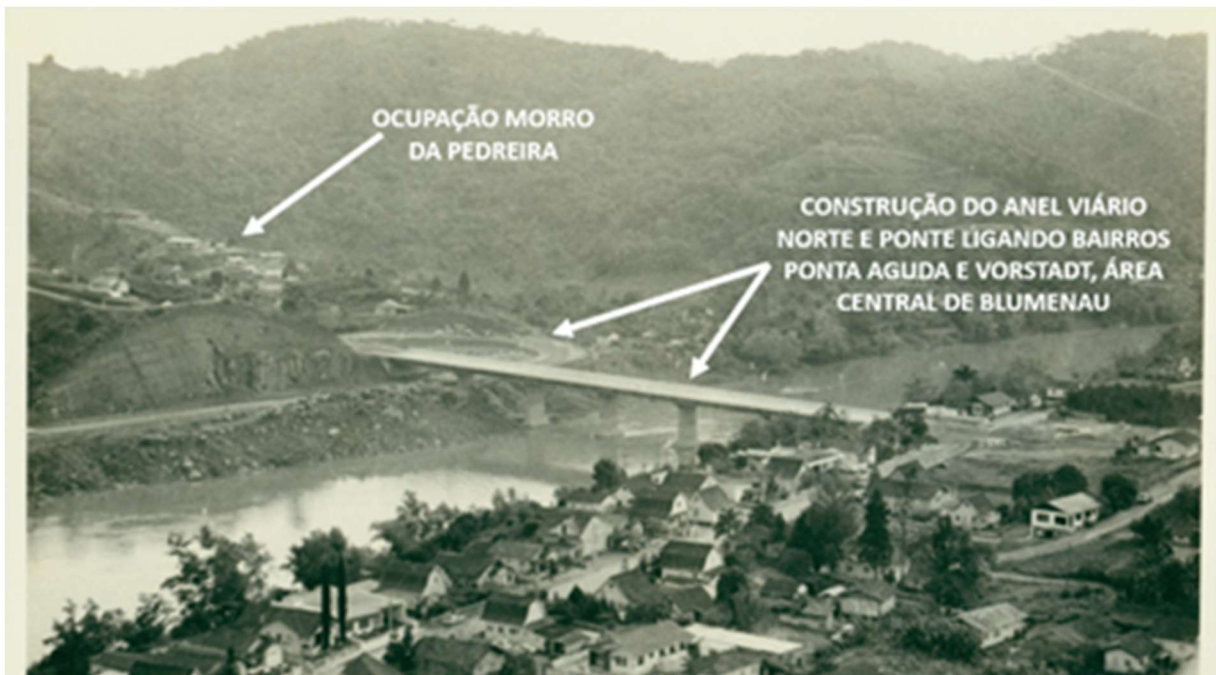


Figura 11: Ocupação Morro da Pedreira e construção do Anel Viário Norte, década de 1970

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Arquivo Histórico de Blumenau (1974).

Os investimentos em infraestrutura viária predominaram em detrimento da moradia popular, que jamais recebeu qualquer prioridade além daquela que lhe pareciam dar os discursos eleitorais. O que parecia uma política favorável aos mais pobres, servia na verdade para aquecer a economia, sobretudo a indústria da construção civil e o mercado imobiliário, é uma cortina de fumaça que Bolaffi (1982) definiu como “o falso problema” da habitação no Brasil.

Em Blumenau, a sucessiva construção de pontes a partir da década de 1950 permitiu uma maior ligação entre as duas margens do Rio Itajaí-Açu. Esse processo “contribuía para a expansão do transporte coletivo, assim como para a ocupação de espaços ainda não urbanizados” (Frotscher; Vedana, 1999, p. 73) – áreas inicialmente sem condições de habitação devido à ausência de infraestrutura e pouco especuladas, mas visadas pelo mercado imobiliário para um futuro próximo, visto que a porção sul da cidade já se encontrava consolidada (Vidor, 1995; Siebert, 1999). Conforme apontava Kowarick (1983, p. 37) em *A Espoliação Urbana*, o sistema de transportes possui papel decisivo na fixação habitacional da classe trabalhadora. Através dos fluxos da especulação imobiliária, criam-se as periferias urbanas, processo que se reproduziu em Blumenau e foi ampliado pelas dinâmicas de reprodução do capital industrial. Tal movimento, por sua vez, deteriorou as condições de reprodução social da classe trabalhadora, resultando no desmonte das vilas operárias e no surgimento de assentamentos precários na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que as indústrias de Blumenau renunciaram à produção de moradia e de vilas operárias, a alternativa da maioria dos operários foi buscar espaços que cabiam em seu orçamento, uma vez que os custos com habitação nunca estiveram incluídos em seus salários. Decorrente desse processo, surgem diversas ocupações no município, a maioria delas em morros e áreas de risco, que não interessavam ao mercado imobiliário. “Como acumulação e especulação andam juntas” (Kowarick, 1983, p. 31), a localização da classe trabalhadora de Blumenau seguiu os fluxos dos interesses imobiliários e conseqüentemente o das indústrias, que por muitos anos também se constituíram como tal.

A prioridade dos investimentos em infraestrutura viária em detrimento da habitação popular propiciou a expansão desses espaços precários, pois facilitou os acessos a estes locais. Tal iniciativa ocorre num período em que a retenção de terrenos, inclusive o das vilas operárias, por parte de grupos privados e dos industriais, se dá visando acumulação, somando àquela proveniente da produção industrial. A valorização dos terrenos industriais, por conta da infraestrutura já existente, contribuiu para o processo de produção e reprodução das desigualdades socioespaciais em Blumenau.

Assim, com a falta de suporte e apoio do Estado e das indústrias, surgiram, no cenário urbano brasileiro, e como vimos também em Blumenau, diversos assentamentos precários. Nesse contexto, que deixou cicatrizes no território e que ainda apresenta significativas repercussões, a cidade de Blumenau faz valer a principal premissa da Lei de Terras de 1850, que é a da terra como mercadoria e objeto de especulação, concentrada na mão daqueles que podem pagar e aguardar valorizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUSECK, Ellen. **Nos bastidores da festa: Outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BIELSCHOWSKY, Bernardo. **Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/SC. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BLAY, Eva. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema**. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CARLOS, Ana. **Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do Habitat Moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de B.; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Revista PosFAUUSP, n. 20, p. 10-32, 2006.

DAY, Adalberto. Acervo Digital. 19 mar. 2013. Disponível em: <https://adalbertoday.blogspot.com/2013/03/casas-populares.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

FROTSCHER, Méri; VEDANA, Léa. **Viagens pela cidade: o transporte coletivo de Blumenau**. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2015.

GUZZELLI, Bárbara G. **Ferrovia, trabalho e habitação: vilas operárias de Campinas (1883-1919)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HERING, Maria. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora FURB, 1987.
- JORNAL ATUALIDADES. Blumenau, 1946. **Acervo Digital Biblioteca Nacional**. Acesso em: 18 out. 2023.
- JORNAL O ESTADO. Florianópolis, maio 1946. **Acervo Digital Biblioteca Nacional**. Acesso em: 18 out. 2023.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- LIMA, Eliane. **Vilas operárias e a formação do espaço urbano no entorno fabril em Blumenau**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- LIMA, Vera; ALMEIDA, Renata. **Arquitetura das colônias de imigração alemã: interpretação a partir de documentação iconográfica**. Revista URBANA, v. 9, n. 2, p. 379-389, 2017.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, n. 3, p. 63-151, 1965.
- MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORETTI, Silvana. **Fábrica e espaço urbano: A influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- PETRY, Sueli. **A fibra tece a história: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau**. Blumenau: Sintex, 2000.
- PIRES, Donizete Correa Franco. **O processo de produção das desigualdades socioespaciais em Blumenau-SC (1980-2023)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SCHIFFER, Sueli. **São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015. cap. 3, p. 73-110.
- SIEBERT, Claudia. **A evolução urbana de Blumenau: O (des)controle urbanístico e a exclusão socioespacial**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- SIEBERT, Claudia. **Indústria e Estado: A reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do médio Vale Do Itajaí**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TOMIO, Fabrício. **Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense.** In: THEIS, I.; MATTEDI, M. A.; TOMIO, F. L. (org.). **Nosso Passado (In) Comum: Contribuições para o debate sobre a história e a histografia em Blumenau.** Blumenau: Editora FURB; Editora Cultura em Movimento, 2000.

VIDOR, Vilmar. **Industrialização e urbanização do nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Editora FURB, 1995.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intraurbano no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Global, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: Segregação urbana e desigualdade.** Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011.